

Esclarecimento Público

Em respeito aos Conselheiros, aos sócios e aos torcedores, a Diretoria Administrativa do Club de Regatas Vasco da Gama vem a público prestar importantes esclarecimentos diante de fatos da maior gravidade verificados nos últimos dias.

Mais uma vez, a Diretoria Administrativa repudia o vazamento e a manipulação política de documentos sigilosos, restritos aos Poderes da Instituição. É lamentável, para não dizer criminoso, que grupos de oposição insistam neste expediente torpe com o único intuito de levantar suspeições infundadas e denegrir a Diretoria do Clube, sem qualquer compromisso com a verdade e tampouco com o Vasco. Trata-se de prática recorrente cujos fins, assim como seus autores, são plenamente conhecidos pela comunidade vascaína.

A Diretoria Administrativa segue regimento os ritos estatutários, respeita o perímetro de atuação e as atribuições dos Poderes do Clube e naturalmente tem o maior zelo e responsabilidade no trato das informações e documentos oficiais. Sendo assim, em consonância com os ditames estatutários, tem por princípio responder ao Conselho Fiscal e a seus membros por meio dos canais oficiais de comunicação do Clube – assim como no caso dos demais Poderes do Clube.

Não obstante esta linha de conduta, é obrigatória a manifestação pública acerca das informações caluniosas que têm sido irresponsavelmente disseminadas na última semana, ação acompanhada do vazamento seletivo de documentação confidencial entregue ao Conselho Fiscal do Clube, como pode ser atestado por meio de publicações nos jornais O Globo e Lance, assim como nas mídias sociais.

O primeiro desses vazamentos se deu a partir de uma reunião, realizada na sugestiva data de 1º de abril, entre integrantes da Identidade Vasco e componentes de outro grupo de oposição, a Sempre Vasco, conforme noticiado pelo jornal O Globo. Segundo a referida publicação, o encontro teve como objetivo analisar informações fornecidas pela Administração ao Conselho Fiscal. Na reunião, segundo o jornal, estava presente o Presidente do Conselho Fiscal, Edmílson Valentim, justamente um dos responsáveis por preservar informações confidenciais de conhecimento restrito aos Poderes do Clube. Vários pontos merecem ser ressaltados e, evidentemente, repudiados:

- O conteúdo de parte significativa das informações objeto da prestação de contas ao Conselho Fiscal é resguardado por sigilo contratual. Portanto, pode-se atribuir aos responsáveis pelo vazamento a realização de prática irregular, além de imoral;
- As informações divulgadas de forma irregular são seletivas e com incorreções e erros aparentemente intencionais, dado o raso conhecimento sobre a boa técnica e de conceitos básicos de administração, com único intuito de denegrir a imagem da Gestão do Clube;
- Fica patente a falta de zelo do Presidente do Conselho Fiscal com as atribuições atinentes ao Poder;
- O intuito de favorecimento pessoal fica claro quando se verifica que as frágeis e falsas acusações vazadas à imprensa já haviam sido adequadamente respondidas ao Conselho Fiscal e que estas respostas não tiveram a mesma publicidade que as acusações; e
- No mesmo sentido, foram omitidas informações que demonstram o bom desempenho econômico da Gestão do Clube, como, por exemplo, os balancetes entregues ao Conselho Fiscal que apuram lucro expressivo e substancial redução do endividamento ocorrido em 2018.

Apenas visando restabelecer minimamente a verdade dos fatos e evitar danos à imagem do Clube com essas atitudes criminosas, seguem alguns esclarecimentos:

I - EMPRÉSTIMO COM O EMPRESÁRIO CARLOS LEITE

O Club de Regatas Vasco da Gama enfrenta, não é de hoje, uma situação financeira delicada, o que é de conhecimento de todos. Apesar desse fato, o Planejamento Financeiro elaborado para o triênio 2018/2020 vinha conseguindo atenuar os impactos desse difícil cenário com medidas rigorosas de controle e redução de gastos, melhorias nos processos de gestão e, principalmente em 2018, o uso responsável dos recursos da venda do atleta Paulinho para pagamento de dívidas bancárias e gastos prioritários.

Neste cenário, era necessária a captação de R\$ 38 milhões para equilibrar o fluxo e caixa do exercício de 2018, tendo em vista o comprometimento da principal receita do Clube, a de transmissão, que representa cerca de 80% das receitas totais. Tal matéria foi levada para apreciação do Conselho Deliberativo visando à efetiva captação financeira em setembro daquele ano. Ocorre que a autorização pretendida foi postergada e, como efeito, verificou-se o aumento da percepção de risco de crédito pelo mercado, representado pelo aumento na taxa de juros de 0,96% a.m. para 1.60% a.m. Da mesma forma, houve aumento da percepção do risco político e de risco de quebra de contrato pelo Clube, o que resultou na retirada da melhor proposta de financiamento obtida pelo Clube.

Com efeito, a inviabilidade de correção do fluxo de caixa transformou a fragilidade financeira em asfixia financeira e o Clube iniciou um ciclo de atrasos nos pagamentos que, até então, vinham sendo realizados regularmente.

Tendo em vista a dificuldade em contratar os recursos junto ao mercado e premido pela responsabilidade decorrente dos atrasos, notadamente os atrasos de salários, acordos, parcelamentos fiscais e fornecedores, o Clube

recorreu a um mecanismo similar ao de um empréstimo-ponte com o empresário Carlos Leite.

A estrutura dessa operação permitiu a captação imediata dos recursos para realizar o pagamento das principais obrigações vencidas com o pagamento mediante os recursos obtidos junto ao mercado em curtíssimo prazo. Em relação às condições financeiras, destacamos: (i) Taxa de Juros: 0% a.m.; (ii) Garantias: nenhuma.

Portanto, repudiamos as afirmações levadas a público de que esse empréstimo foi captado com a taxa de 13% a.m..

O mais surpreendente é que tais fatos foram debatidos oficialmente entre o Conselho Fiscal e a Diretoria Administrativa, uma vez que circularam ofícios entre os citados órgãos com os devidos questionamentos e respostas pertinentes, inclusive, com o envio da cópia do citado contrato. Curiosamente, essas explicações não vazaram.

II – ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2018 COM CONSULTORIAS

O orçamento do exercício de 2018 foi, naturalmente, confeccionado pela Administração anterior à atual, com conceitos e premissas próprias, em um cenário difícil e incerto. Diante dessas circunstâncias e da mudança de gestão no início do citado exercício, é natural que pudessem ocorrer dispersões significativas em algumas rubricas específicas. Trata-se de algo inerente ao difícil exercício de um planejamento orçamentário. O importante deve ser o respeito aos totais orçados e, principalmente, a existência de fundamentações razoáveis para as diferenças entre os montantes previstos e aqueles efetivamente realizados. E isso, como não poderia deixar de ser, foi feito.

No início do mês de fevereiro do presente ano, a Diretoria Administrativa apresentou ao Conselho Fiscal a comparação entre o total orçado e o montante efetivamente realizado referente ao exercício de 2018. De destaque, vale citar

que, em relação ao previsto pela Administração anterior, o documento demonstra que foi realizada uma economia na ordem de R\$ 15 milhões, conforme demonstrado abaixo.

Em milhões de reais e números ainda passíveis de ajustes pelo fechamento do Balanço em curso:

<u>Rubrica</u> <u>2017</u>	<u>Orçamento</u>	<u>Realização</u>	<u>Diferença</u>
Receita	274,7	252,3	(22,4)
Despesa	(225,6)	(188,4)	37,2
			14,8

Assim pode-se verificar que o orçamento de 2017 foi realizado com prudência e responsabilidade financeira, obtendo-se uma economia de 16% nas despesas orçadas e uma economia líquida já citada de R\$ 15 milhões. Estes valores chamam ainda mais atenção quando se observa que a receita de TV – a principal rubrica orçamentária de receita – foi estimada acima dos valores contratuais em R\$ 39 milhões.

Apesar desse satisfatório desempenho como um todo, a Diretoria Administrativa foi instada a explicar algumas variações orçamentárias isoladamente, inclusive em razão do alegado descumprimento orçamentário nos gastos com consultoria. A questão era o motivo pelo qual havíamos desembolsado mais de R\$ 12 milhões em consultorias, valor muito acima do montante orçado.

A alegada diferença orçamentária na rubrica de consultorias simplesmente não existe, uma vez que mais de 90% do valor informado no questionamento se referem à B&C Consultoria, pelo pagamento de comissão relativa à venda de atletas. Quase que integralmente o valor do pagamento é preenchido pela vultosa venda do atleta Paulinho. Ressalte-se que o referido contrato foi celebrado na gestão anterior, cabendo à atual Administração o seu

cumprimento quando da citada venda. Essa transação já foi amplamente divulgada no Balanço Patrimonial de 2018 e em entrevistas do Presidente do Clube, Alexandre Campello.

A rubrica “Consultorias” no orçamento se refere à contratação de consultorias técnicas, leia-se Grant Thornton e KPMG, cujos valores realizados são compatíveis com aqueles efetivamente orçados. Ressalte-se que todas as citadas empresas são referência técnica em seus respectivos campos de atuação.

Portanto, para que fique claro: a B&C Consultoria atuou na intermediação da venda de um atleta. Não obstante sua razão social, sua atividade nada tem a ver com o trabalho de consultoria técnica. Sendo assim, o pagamento feito à empresa não deve ser lançado na rubrica “Consultorias”, repita-se, espaço orçamentário este referente à contratação de firmas de consultoria técnica.

Aqueles que usam o pagamento à B&C Consultoria para “comprovar” o estouro da rubrica “Consultoria” no orçamento do Clube só podem estar agindo desta forma por duas razões: desconhecimento técnico e incapacidade para os cargos que ocupam ou má-fé. A primeira hipótese não deixa de ser uma verdade. Mas é na segunda que se encontra a explicação maior para este tipo de expediente.

Ainda sobre este tema, duas observações adicionais são importantes. Em primeiro lugar, o Conselho Fiscal já havia indagado a Diretoria Administrativa sobre este pagamento. Por meio dos canais oficiais do Clube, a Diretoria Administrativa prestou os esclarecimentos necessários, disponibilizando toda a documentação referente ao pagamento da comissão de venda do atleta Paulinho. Fica a questão: por que tal inverdade foi propagada mesmo o Presidente do Conselho Fiscal tendo plena ciência da explicação da Diretoria? A segunda observação diz respeito ao áudio amplamente propagado nos últimos dias em grupos de WhatsApp. Na gravação, uma autodeclarada “ex-integrante da Diretoria” afirma que esses valores de R\$ 12 milhões gastos em consultorias

se tratam de “desvio de recursos” por esta Diretoria Administrativa, uma acusação absolutamente leviana e irresponsável.

Sobre a autora das acusações infundadas, sabe-se a sua identidade.

As medidas cabíveis serão tomadas.

De toda a forma, é importante chamar a atenção para uma “coincidência”. Na segunda-feira, o referido áudio é disseminado em grupos de WhatsApp. No dia seguinte, surge nas redes sociais a reprodução de um suposto documento do clube apontando “inconstâncias” na previsão orçamentária no pagamento de consultorias.

Vejamos: em um dia, um áudio é vazado com “denúncias” contra a Diretoria Administrativa; menos de 24 horas depois, surge um suposto documento que consubstanciaria tais acusações. Cada um que tire suas próprias conclusões.

III – PAGAMENTO DE SALÁRIOS

No áudio citado no item anterior, a autora diz, mais uma vez de forma irresponsável e sem qualquer respaldo na realidade, que o Vasco somente iria efetuar pagamentos de salários no segundo semestre.

Mais uma inverdade propagada com o intuito de atrapalhar o cotidiano dos funcionários do Clube – profissionais estes, é imperativo dizer, que têm se dedicado ao máximo, não obstante as conhecidas adversidades financeiras.

Novamente, os fatos falam por si. Na última quarta-feira, os salários do mês de fevereiro de 2019 foram pagos. Na última sexta-feira, o Clube quitou o 13º salário de 2018.

IV – ENTREGA DE DOCUMENTOS AO CONSELHO FISCAL

Essa talvez seja a maior inverdade de todas: a afirmação de que a atual Diretoria Administrativa não entrega documentações solicitadas pelo Conselho Fiscal. Novamente, a melhor resposta a essa inverdade está nos fatos. A seguir, uma relação da documentação encaminhada ao Conselho Fiscal:

1. Caixas de documentos com comprovação de receitas e despesas e respectivos boletins diários de caixa com dados até 31/12/2018;
2. Balancetes analíticos dos quatro trimestres do exercício 2018;
3. Demonstrativo de execução orçamentária relativa ao exercício 2018 e do respectivo detalhamento;
4. Contrato de empréstimo junto ao sr. Carlos Alberto C. Leite;
5. Contrato Ernest & Young;
6. Auditoria - proposta Crowne;
7. Auditoria - proposta RSM;
8. Auditoria - proposta BDO;
9. Sistemas integrados de gestão – proposta TOTVS (sistema e implantação);
10. Sistemas integrados de gestão – proposta ATO (sistema);
11. Sistemas integrados de gestão – proposta Ernest & Young (implantação);
12. Outsourcing contábil – proposta Grant Thornton;
13. Reestruturação administrativa – proposta KPMG;
14. Reestruturação administrativa – proposta Ernest & Young;
15. Auditoria - contrato BDO;
16. Sistemas integrados de gestão - contrato TOTVS;
17. Outsourcing contábil – contrato Grant Thornton;
18. Reestruturação administrativa - contrato KPMG;

- 19.** Contrato de venda do atleta “Paulinho”;
- 20.** Borderôs de todos os jogos cujo mandante era o Club, com explicações sobre cada item de despesa, exceto aqueles ocorridos até 02/05/2018, que estão sub-júdice por falta de apresentação do Vice-Presidente de Patrimônio até aquela data;
- 21.** Contratos de locação CT Vargens e ArtSul;
- 22.** Contratos e controles financeiros Diadora;
- 23.** Apresentação em formato power-point exibida na Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo de 17/08/2018.
- 24.** Contratos de Patrocínio REFIT;
- 25.** Contratos de Patrocínio TIM;
- 26.** Contratos de Parceria BRAHMA;
- 27.** Contratos de Patrocínio ZOOM;
- 28.** Contratos de Patrocínio YES;
- 29.** Contratos de Parceria Veiga de Almeida;
- 30.** Contratos de Parceria GPI;
- 31.** Contrato de Patrocínio JJ Invest;
- 32.** Razões de receita do período de 01/01 à 30/4/2018;
- 33.** Parecer da CBF sobre a regularidade na venda do atleta “Paulinho”;
- 34.** Relação dos núcleos oficiais, contratos e análise de receitas e despesas;
- 35.** Contratos, análise de receitas e despesas e outras relações comerciais dos prestadores de serviço de alimentação/buffet.
- 36.** Relação de todos os pagamentos efetuados por sócios estatutários em 2018, contendo 790 páginas.
- 37.** Demonstrativo de receitas e custos oriundos dos sócios torcedores.

São mais de 1.000 páginas de documentação entregues para análise. Todos os ofícios foram respondidos. Sempre com protocolo na entrega em nome aos três componentes do Conselho Fiscal. 90% da documentação solicitada foi encaminhada até o mês de janeiro desse ano, sendo que as últimas entregas foram realizadas no dia 20 de março de 2019.

Logo, a simples leitura da farta documentação entregue ao Conselho Fiscal demonstra a inverdade das declarações do Presidente do Conselho Fiscal sobre a ausência de resposta às informações pleiteadas. Assim como corrobora a falsidade das informações propaladas pela autora do áudio viralizado nas redes sociais nesta semana.

A verdade é uma só. Inquestionável. Apesar dos vazamentos e do uso político do cargo de Presidente do Conselho Fiscal, a Diretoria Administrativa respondeu a todos os ofícios emitidos por esse Conselho e entregou mais de 1.000 páginas de documentos, inclusive os balancetes de 2018, o Orçamento realizado, documentação da venda do Paulinho, dados da Folha de Pagamento, borderôs, relação e situação contratual de núcleos etc. Essa é a verdade.

V – PARECER DO CONSELHO FISCAL

Outra desinformação levada à mídia foi em relação à emissão do parecer com Negativa de Opinião pelo Conselho Fiscal no mês de março de 2019. Ainda que a emissão do parecer tenha ocorrido de forma regimental, buscou-se um verniz de reprovação das contas da Diretoria Administrativa pelo discurso adotado pelo Presidente do Conselho Fiscal. Cumpre esclarecer que o parecer emitido não é uma opinião negativa e desfavorável; simplesmente o Conselho Fiscal alega que não teve tempo de analisar a documentação entregue já que foi realizada fora do prazo. Novamente, sublinhamos que a maior parte da documentação já estava disponível e poderia ter sido avaliada pelo Conselho Fiscal. E, se tais acusações encontrassem respaldo na verdade, o parecer emitido poderia até mesmo ter sido contrário à aprovação das contas. Ocorre

que as alegações simplesmente não se sustentam frente aos fatos e documentos.

Por fim, este mesmo Conselho Fiscal, já sob o comando de seu atual Presidente, somente emitiu parecer sobre as contas de 2017 em outubro de 2018.

VI – PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018

Apesar do pouco tempo decorrido no exercício de 2019, por força da determinação do regimento Interno do Conselho Fiscal, a Diretoria Administrativa entregou um primeiro documento com elementos básicos de uma prestação de contas para o próprio Conselho Fiscal no mês de março de 2019. Nessa prestação preliminar, dado que ainda não se dispõe da principal peça técnica que compõe uma Prestação de Contas – as Demonstrações Contábeis do Clube –, foram entregues os três conjuntos de documentos pedidos pelo Regimento Interno desse Conselho para a análise das Contas de uma Administração, a saber:

- A disponibilização de toda a documentação de suporte financeiro (caixas contendo os comprovantes de receitas realizadas e despesas efetuadas e respectivos boletins diários de caixa),
- Os balancetes contábeis trimestrais e;
- A execução orçamentária - todos os documentos com referência a 31/12/2018.

Neste contexto, gostaríamos de destacar que os balancetes, ainda que não contenham dados definitivos (o Vasco ainda se encontra em fechamento contábil), apresentam dados que demonstram a gestão responsável do Club, tais como:

- Superávit da ordem de R\$ 50 milhões frente a um déficit de R\$ 23 milhões em 2017;
- Redução em mais de 10% das despesas totais em relação a 2017;
- Redução de aproximadamente 25% no passivo exigível (dívidas com terceiros), em relação a 2017;
- Redução de aproximadamente 18% no passivo a descoberto, em relação a 2017.

Destacamos, ainda, que a execução orçamentária apresenta uma captação de receitas de, aproximadamente, 92% do total orçado pela administração anterior. Já as despesas ficaram em, apenas, 83,5% do orçado, representando uma economia para os cofres do Clube de R\$ 37 milhões. A economia líquida, descontada a parte não realizada de receitas, é de mais de R\$ 15 milhões.

Logo, entendemos as razões pelas quais o Conselho Fiscal tenha tomado a decisão de ainda não opinar sobre as contas de 2018. Afinal ainda não foram publicadas as Demonstrações Contábeis de 2018 e é uma grande responsabilidade a missão de um parecer dessa natureza em um Clube gigante como o Vasco da Gama. Mas, simplesmente passando os olhos nos números acima, em nosso entendimento, fica claro o satisfatório desempenho econômico-financeiro da Gestão em 2018, dando claro conforto à emissão de um Parecer com aprovação das contas desse exercício.

VII – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2018

O Vasco da Gama encontra-se na fase final de elaboração das suas Demonstrações Contábeis para o exercício de 2018, assim como do processo de auditoria desse demonstrativo pela renomada empresa de auditoria externa BDO. Nas próximas semanas, essas Demonstrações serão publicadas, acompanhadas do Parecer da auditoria externa. Aproveitamos o ensejo para informar que, em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 2018, também serão republicados os números do exercício de 2017, por força legal e conforme o compromisso assumido pela Diretoria Administrativa.

Temos plena confiança de que essa publicação será mais um grande passo do Clube para a afirmação dos propósitos e das realizações desta gestão e que essas Demonstrações serão consideradas uma das cinco mais abrangentes e transparentes de todo o futebol brasileiro.

Dessa forma, a não se por má fé, repita-se, é incompreensível essa onda de desinformação quanto aos dados financeiros do Clube, uma vez que, no decorrer do presente mês, todos os detalhes financeiros e contábeis estão abertos aos interessados, acompanhados de fiscalização externa.

Fica desde já o convite a todos os conselheiros para uma apresentação da Diretoria Administrativa, com o objetivo de debater as Demonstrações Contábeis de 2018. Esse encontro deve ser realizado na primeira quinzena de maio de 2019.

VIII - CONCLUSÃO

Lamentavelmente, o Club de Regatas Vasco da Gama necessita desmentir as informações nocivas a sua imagem e à reputação dos componentes da atual Administração que são irresponsavelmente disseminadas na mídia e redes sociais, informações estas sem a menor preocupação com a veracidade dos fatos.

Essa gestão logo estará fazendo uma apresentação detalhada dos números financeiros a todos os Poderes do Clube e ao mercado financeiro. Logo, inexistente qualquer interesse legítimo nesses últimos vazamentos de informações falsas. O que existe é o vazamento criminoso de informações confidenciais do Clube e, pior do que isso, a disseminação de informações falsas ou parciais com intuito de praticar a política em sua pior acepção.

Vascaínos, esperamos que, com as informações acima, esta Diretoria Administrativa tenha cumprido o dever de prestar os esclarecimentos

necessários a fim de dissipar a nuvem de inverdades que se formou na mídia e nas redes sociais ao longo desta última semana. Ressaltamos que estamos sempre à disposição de Conselheiros, sócios e torcedores.

O caminho ainda é longo e árduo. Mas, gradativamente, é possível perceber os resultados dos esforços empreendidos por esta gestão – seja na atração de um número crescente de patrocinadores, na melhora dos indicadores econômico-financeiros ou na qualificação do futebol.

Nos próximos dias, repita-se, vamos divulgar informações financeiras atualizadas que corroborarão de forma cabal o processo de recuperação do Club de Regatas Vasco da Gama.

Atenciosamente,

Diretoria Administrativa